

CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA

RESOLUÇÃO Nº 4, DE 6 DE SETEMBRO 1994.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA e PRESIDENTE DO CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA (CDDPH), no uso de suas atribuições legais e ad referendum do Colegiado,

CONSIDERANDO os termos do dossiê encaminhado a esta Pasta da Justiça por diversos e ilustres Parlamentares federais do Estado do Acre, do qual constam graves denúncias sobre violações de direitos humanos imputadas a membros da Polícia Militar daquele Estado;

CONSIDERANDO, ademais, as informações que instruem o Processo nº 08000.009494/92-37 - CDDPH/MJ, e seus anexos;

CONSIDERANDO, ainda, que incumbe ao CDDPH receber representações que contenham denúncias de violações dos direitos da pessoa humana, apurar sua procedência e adotar medidas capazes de fazer cessar os abusos dos particulares ou das autoridades responsáveis;

CONSIDERANDO a manifestação da Consultoria Jurídica deste Ministério, a propósito das referidas denúncias;

CONSIDERANDO, por último, deliberação unânime do Colegiado, adotada na 93ª Reunião, ocorrida em 03/08/94, **RESOLVE:**

Art. 1º Instaurar inquérito, nos termos da alínea "a" do inciso III e inciso XIII do artigo 4º da Lei nº 4.319, de 16 de março de 1964, destinado a apurar violações de direitos humanos, consubstanciadas em denúncias que envolvem a Polícia Militar do Estado do Acre.

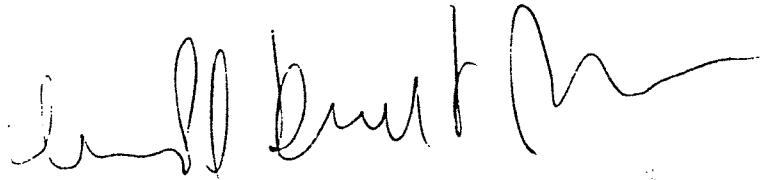
Art. 2º Tornar sem efeito as Resoluções/CDDPH nº 6, de 12 de junho de 1993, e nº 2, de 17 de junho de 1994.

Art. 3º Designar, para compor a Comissão de Inquérito (R.I. do CDDPH, art. 12, IV), o Dr. JOSÉ ROBERTO BATOCHIO, representando a Ordem dos Advogados do Brasil; o Dr. ÁLVARO AUGUSTO RIBEIRO COSTA, representando a Procuradoria-Geral da República; o Jornalista FRANCISCO CLÓVIS DE SOUZA, representando a Associação Brasileira de Imprensa.

Art. 4º Caberá a Relatoria ao Dr. JOSÉ ROBERTO BATOCHIO.

Art. 5º Tornar público que, nos termos e para os efeitos dos artigos 6º, 7º e 8º da Lei nº 4.319, de 16 de março de 1964, o Conselho poderá, sob as penas da lei, determinar as diligências que reputar necessárias e tomar depoimento de quaisquer autoridades federais, estaduais ou municipais, inquirir testemunhas e requisitar, das repartições públicas, informações e documentos.

Art. 6º A Coordenação-Geral de Articulação Técnico-Administrativa dos Direitos da Pessoa Humana do CDDPH e o Grupo de Investigação de Violações aos Direitos Humanos prestarão todo o apoio necessário à execução dos trabalhos da Comissão.



ALEXANDRE DE PAULA DUPEYRAT MARTINS